

BALANÇO PATRIMONIAL

2020





FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E O RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2021

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E O
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	45

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Execução fiscal e notificação do INSS

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (ii), a Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação fiscal do INSS, que totalizam R\$ 171.732.426 em 31 de dezembro de 2020. Os processos se relacionam a questões ligadas à imunidade tributária de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Administração da Fundação, amparada na opinião da sua assessoria jurídica, não consignou nenhuma provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos:

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores Independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 28 de fevereiro de 2020 sem modificação, contendo parágrafo de ênfase sobre os assuntos: (i) Execução fiscal e notificação do INSS e (ii) indeferimento na certificação do CEBAS, este regularizado em 2020.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

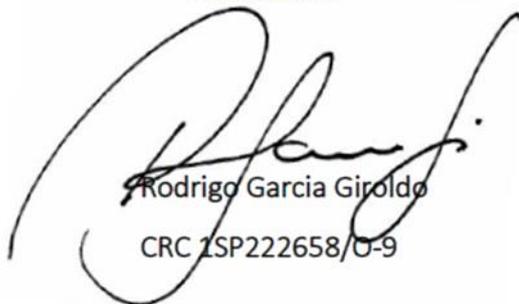
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 26 de fevereiro de 2021.


Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 2SP222658/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

Ativo	Atividade de ensino	
	2020	2019
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.540.391	212.605
Títulos e valores mobiliários	112.409	159.400
Mensalidades a receber	16.012.173	13.409.116
PECLD s/ Mensalidades	(6.419.357)	(6.035.236)
Acordos a receber	11.343.898	10.195.778
PECLD s/ Acordos	(7.064.884)	(5.071.987)
Convênios a receber com restrição	478.283	525.784
Estoques	26.762	37.443
Outros créditos	2.899.931	3.097.609
Despesas antecipadas	223.270	174.309
Total do ativo circulante	25.152.876	16.704.821
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	1.314.328	1.788.661
Depósitos judiciais	911.317	821.613
Imobilizado	50.740.239	50.567.188
(-) Depreciação acumulada	(11.442.924)	(10.535.521)
Intangível	5.237.542	4.750.321
(-) Amortização acumulada	(4.124.105)	(3.707.440)
Total do ativo não circulante	42.636.397	43.684.822
Total do ativo	67.789.273	60.389.643

Ativo	Atividade de saúde	
	2020	2019
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.115.247	3.881.746
Títulos e valores mobiliários	7.712.738	2.789.896
Acordos a receber	72.861	22.690
PECLD s/ Acordos	(4.747)	(4.747)
Atendimentos hosp. a receber	27.575.557	30.035.062
PECLD s/ Atendimentos hospitalares	(15.986.442)	(14.151.398)
Convênios a receber com restrição	7.974.929	5.251.052
Estoques	6.549.346	1.895.028
Outros créditos	1.195.598	1.176.219
Despesas antecipadas	5.548	5.586
Total do ativo circulante	40.210.635	30.901.134
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	-	418
Depósitos judiciais	34.319	9.259
Imobilizado	53.909.286	52.071.756
(-) Depreciação acumulada	(19.258.260)	(17.551.983)
Intangível	3.820.391	3.279.946
(-) Amortização acumulada	(2.396.639)	(1.868.729)
Total do ativo não circulante	36.109.097	35.940.667
Total do ativo	76.319.732	66.841.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

Passivo	Atividade de ensino	
	2020	2019
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	44.361	39.589
Fornecedores	100.291	188.966
Obrigações sociais e provisões de férias	6.842.738	7.446.093
Impostos e contribuições a recolher	981.997	1.285.535
Outras obrigações	3.494.047	3.604.203
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	687.332	781.823
Total do passivo circulante	12.150.766	13.346.209
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	54.795	99.388
Outras obrigações	169.610	317.543
Provisão para demandas judiciais	2.450.368	2.182.808
Total passivo não circulante	2.674.773	2.599.739
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	10.449.308	10.449.308
Reserva de reavaliação	28.427.273	28.580.111
Resultado acumulado	(59.989)	(813.611)
Resultado do Exercício	14.147.142	6.227.887
Total do patrimônio líquido	52.963.734	44.443.695
Total do passivo	67.789.273	60.389.643

Passivo	Atividade de saúde	
	2020	2019
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.462.637	10.892.778
Fornecedores	8.610.140	7.535.853
Obrigações sociais e provisões de férias	7.266.037	7.143.310
Impostos e contribuições a recolher	630.324	656.494
Outras obrigações	601.421	514.158
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	15.804.515	8.157.776
Total do passivo circulante	37.375.074	34.900.369
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	62.740.224	50.092.707
Outras obrigações	336.490	333.947
Provisão para demandas judiciais	2.370.296	1.995.077
Total passivo não circulante	65.447.010	52.421.731
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	4.281.861	4.281.861
Reserva de reavaliação	11.637.098	11.697.709
Resultado acumulado	(30.772.155)	(18.217.727)
Resultado do Exercício	(11.649.156)	(18.242.142)
Total do patrimônio líquido	(26.502.352)	(20.480.299)
Total do passivo	76.319.732	66.841.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

Ativo	Nota explicativa	2020	2019	Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	12.655.638	4.094.351	Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	4.506.998	10.932.367
Títulos e valores mobiliários	<u>6</u>	7.825.147	2.949.295	Fornecedores	<u>16</u>	8.710.431	7.724.819
Mensalidades a receber	<u>7</u>	16.012.173	13.409.116	Obrigações sociais e prov. de férias	<u>17</u>	14.108.775	14.552.970
PECLD s/ Mensalidades	<u>7</u>	(6.419.357)	(6.035.236)	Impostos e contribuições a recolher		1.612.321	1.942.030
Acordos a receber	<u>8</u>	11.416.759	10.218.468	Outras obrigações	<u>18</u>	4.095.468	4.154.794
PECLD s/ Acordos	<u>8</u>	(7.069.631)	(5.076.734)	Recursos de proj. em exec. c/ restrição	<u>19</u>	16.491.847	8.939.598
Atendimentos hosp. a receber	<u>9</u>	27.575.557	30.035.062	Total do passivo circulante		49.525.840	48.246.578
PECLD s/ Atendimentos hospitalares	<u>9</u>	(15.986.442)	(14.151.398)	Passivo não circulante			
Convênios a receber com restrição	<u>10</u>	8.453.212	5.776.836	Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	62.795.019	50.192.095
Estoques	<u>11</u>	6.576.108	1.932.471	Outras obrigações	<u>18</u>	506.100	651.490
Outros créditos	<u>12</u>	4.095.529	4.273.828	Provisão para demandas judiciais	<u>20</u>	4.820.664	4.177.884
Despesas antecipadas		228.818	179.895	Total passivo não circulante		68.121.783	55.021.469
Total do ativo circulante		65.363.511	47.605.954				
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Realizável a longo prazo				Patrimônio social		14.731.169	14.731.169
Acordos a receber	<u>8</u>	1.314.328	1.789.080	Reserva de reavaliação		40.064.371	40.277.820
Depósitos judiciais	<u>12</u>	945.636	830.872	Resultado acumulado		(30.832.144)	(19.031.338)
Imobilizado	<u>13</u>	104.649.525	102.638.944	Resultado do Exercício		2.497.986	(12.014.255)
(-) Depreciação	<u>13</u>	(30.701.184)	(28.087.505)	Total do patrimônio líquido	<u>21</u>	26.461.382	23.963.396
Intangível	<u>14</u>	9.057.933	8.030.267				
(-) Amortização	<u>14</u>	(6.520.744)	(5.576.169)	Total do passivo		144.109.005	127.231.443
Total do ativo não circulante		78.745.494	79.625.489				
Total do ativo		144.109.005	127.231.443				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	2020	2019
Receita bruta educacional	92.496.778	95.113.563
Receita de mensalidade ed. Básica	16.192.143	16.230.121
Receita de mensalidades ed. Superior	72.320.494	73.100.787
Outras receitas operacionais	3.895.692	5.629.427
Doações	49.449	114.967
Receita com Programa Jovem Aprendiz	39.000	38.261
(-) Deduções da receita bruta	(23.580.666)	(22.827.900)
Bolsas concedidas integrais - lei 12.101/09	(2.716.983)	(2.738.342)
Bolsas concedidas – prouni	(7.079.663)	(7.391.053)
Bolsas concedidas integrais - lei 11.096/05	(2.919)	-
Bolsas concedidas parciais - lei 11.096/05	-	-
Bolsas concedidas parciais – lei 12.101/09	(1.576.255)	(1.479.942)
Programa de apoio a bolsistas	-	-
Outras bolsas concedidas	(3.220.461)	(2.476.842)
Descontos concedidos	(1.016.781)	(1.324.033)
Descontos incondicionais	(7.967.604)	(7.417.688)
(=) Receita líquida da atividade	68.916.112	72.285.663
(-) Custos	(39.366.991)	(52.097.187)
(=) Superávit bruto	29.549.121	20.188.476
Outras receitas operacionais	14.165.499	16.805.159
Outras receitas não operacionais	-	138.718
Programas com Restrição	-	-
Isenção usufruída	13.414.518	15.915.460
Serviços voluntários obtidos	750.981	750.981
(-) Despesas operacionais da atividade	(15.402.869)	(13.966.355)
Pessoal	(10.097.501)	(11.978.354)
Administrativas e gerais	(2.997.442)	(3.444.698)
Perdas no recebimento de mensalidades	(3.297.448)	1.738
Resultado financeiro	989.522	1.454.959
(-) Outras despesas não operacionais	(14.164.609)	(16.799.393)
Outras despesas não operacionais	890	(132.952)
Isenção usufruída	(13.414.518)	(15.915.460)
Serviços voluntários obtidos	(750.981)	(750.981)
(=) Resultado da área educacional	14.147.142	6.227.887

Continua...

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

...continuação

		2020	2019
Receita bruta da área de saúde		114.431.492	115.372.742
Planos de saúde		29.398.997	33.237.048
Sistema Único de Saúde		71.925.257	72.690.923
Particulares		7.268.123	6.769.003
Outras receitas de saúde		167.347	784.048
Doações	<u>23</u>	5.671.768	1.859.800
Secretaria de Estado da Saúde		-	31.920
(-) Custos		(117.715.181)	(126.228.526)
(=) Resultado bruto da área da saúde		(3.283.689)	(10.855.784)
(-) Despesas operacionais da área da saúde		(29.947.009)	(10.612.000)
Administrativas e gerais		(3.185.691)	(1.737.219)
Resultado financeiro		(7.666.807)	(6.996.536)
Programas com restrição		(19.094.511)	(1.878.245)
(+) Outras receitas operacionais		37.646.525	19.432.676
Outras receitas não operacionais	<u>22</u>	812.403	261.511
Isenção usufruída		15.963.633	16.015.603
Programa com restrição		20.777.220	3.069.206
Receitas de Assistência ao Trabalhador		93.269	86.356
(-) Outras despesas operacionais		(16.064.983)	(16.207.034)
Outras despesas operacionais		(8.081)	(105.075)
Isenção usufruída		(15.963.633)	(16.015.603)
Despesas de Assistência do Trabalhador		(93.269)	(86.356)
(=) Resultado da área da saúde		(11.649.156)	(18.242.142)
(=) Resultado do exercício		2.497.986	(12.014.255)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	2020	2019
Superávit (déficit) do exercício	2.497.986	(12.014.255)
Realização da reserva de reavaliação	213.449	282.697
Resultado abrangente do exercício	2.711.435	(11.731.558)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	14.731.169	40.560.517	(19.314.035)	35.977.651
Realização da reserva de reavaliação	-	(282.697)	282.697	-
Déficit do exercício	-	-	(12.014.255)	(12.014.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.731.169	40.277.820	(31.045.593)	23.963.396
Realização da reserva de reavaliação	-	(213.449)	213.449	-
Superávit do exercício	-	-	2.497.986	2.497.986
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.731.169	40.064.371	(28.334.158)	26.461.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Atividade de ensino	
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	14.147.142	5.867.733
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.372.487	1.394.862
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	17.364	69.670
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	2.377.018	-
Reversão de provisão para demandas judiciais	267.560	87.545
Resultado do exercício ajustado	18.181.571	7.419.208
Variações nos ativos e passivos:		
Mensalidades e acordos a receber	(3.276.844)	(8.640.092)
Convênios a receber com restrição	47.501	225.581
Estoques	10.681	10.707
Outros ativos	59.013	(2.424.961)
Fornecedores	(88.675)	(94.375)
Obrigações sociais e provisão de férias	(603.355)	2.272.216
Impostos e contribuições a recolher	(303.538)	(83.176)
Recursos de proj. em execução com restrição	(94.491)	(182.552)
Outras obrigações	(258.089)	761.990
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas atividades operacionais	13.673.774	(735.455)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(238.834)	(948.243)
Aumento em intangível	(487.220)	(540.079)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(726.054)	(1.488.322)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	213.387
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(30.929)	(47.927)
Juros e variação monetária	(8.892)	(26.483)
Transações entre entidades (saúde e educação)	(5.627.104)	-
Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas pelas ativ. de financiamentos	(5.666.925)	138.977
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.280.795	(2.084.800)
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	7.652.800	372.005
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	372.005	2.456.805
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.280.795	(2.084.800)



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Atividade de saúde	
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Déficit do exercício	(11.649.156)	(17.881.988)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.353.654	2.317.145
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	186.172	50.123
Provisão para devedores duvidosos	1.835.044	
Provisão (reversão) para demandas judiciais	375.219	(495.565)
Resultado do exercício ajustado	(6.899.067)	(16.010.285)
Variações nos ativos e passivos:		
Mensalidade, acordos e atend. a receber	2.409.752	6.148.319
Convênios a receber com restrição	(2.723.877)	(398.418)
Estoques	(4.654.318)	296.845
Outros ativos	(44.401)	(769.957)
Fornecedores	1.074.287	(4.132.014)
Obrigações sociais e provisão de férias	122.727	631.443
Impostos e contribuições a recolher	(26.170)	100.902
Recursos de proj. em execução com restrição	7.646.739	1.505.151
Outras obrigações	89.806	(31.051)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades operacionais	(3.004.522)	(12.659.065)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(2.045.168)	(919.635)
Aumento em intangível	(638.446)	(546.230)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(2.683.614)	(1.465.865)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	113.575.236	20.784.358
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(114.662.954)	(13.494.764)
Juros e variação monetária	7.305.093	943.623
Transações entre entidades (saúde e educação)	5.627.104	
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas ativ. de financiamentos	11.844.479	8.233.218
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	6.156.343	(5.891.711)
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	12.827.985	6.671.642
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	6.671.642	12.563.353
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	6.156.343	(5.891.711)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Consolidado	
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit (déficit) do exercício	2.497.986	(12.014.255)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.685.365	3.712.007
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	146.312	119.190
Provisão para devedores duvidosos	4.212.062	
Provisão (reversão) para demandas judiciais	642.779	(408.020)
Resultado do exercício ajustado	11.184.504	(8.591.078)
Variações nos ativos e passivos:		
Mensalidades, acordos e atend. a receber	(867.091)	(2.491.773)
Convênios a receber com restrição	(2.676.376)	(172.837)
Estoques	(4.643.637)	307.552
Outros ativos	14.612	(3.194.917)
Fornecedores	985.612	(4.226.390)
Obrigações sociais e provisão de férias	(444.195)	2.903.659
Impostos e contribuições a recolher	(329.709)	17.726
Recursos de proj. em execução com restrição	7.552.249	1.322.600
Outras obrigações	(204.716)	730.940
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas atividades operacionais	10.571.253	(13.394.519)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(2.284.003)	(1.867.878)
Aumento em intangível	(1.027.666)	(1.086.309)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(3.311.669)	(2.954.187)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	113.575.236	20.997.745
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(114.693.882)	(13.542.690)
Juros e variação monetária	7.296.201	917.140
Disponibilidades líquidas geradas pelas ativ. de financiamentos	6.177.555	8.372.195
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.437.139	(7.976.511)
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	20.480.785	7.043.647
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	7.043.646	15.020.158
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.437.139	(7.976.511)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: (i) Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; (ii) Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; (iii) Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e (iv) Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

1.1. Considerações acerca da Pandemia COVID-19

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública no dia 20 do mesmo mês, editando o Decreto Legislativo nº 06.

Por sua vez, a administração da FUVS, ciente da gravidade da situação criou um comitê de combate ao coronavírus (Covid-19) envolvendo toda a diretoria, a CIPA, as áreas de comunicação institucional, jurídica e de gestão de pessoas, adotando estratégia de comunicação (Confecção/Instalação de banners, cartazes com instruções de conscientização ao uso obrigatório de máscara, distanciamento social e higiene das mãos foram espalhados por todas as unidades; orientações pelos canais corporativos – intranet e sites, e-mail e demais locais de fácil acesso) objetivando esclarecer e informar, de forma transparente e permanente, seu quadro de colaboradores.

Atuamos de forma tempestiva e proativa no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) com o intuito de ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções nas áreas educacionais e de saúde, junto aos membros da CIPA e lideranças, o tratamento nesse novo cenário e novos desafios perante a pandemia, utilizando aplicativos e redes sociais para serem amplamente divulgados, além da adoção de uma cartilha com protocolos internos, fluxos de trabalho e orientação sobre medidas de precaução e prevenção ao coronavírus (COVID-19).

A administração da FUVS está alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos colaboradores.



Diante do momento de insegurança e incerteza decorrentes da pandemia do COVID-19 e devido às restrições de horários do transporte coletivo, foram flexibilizados aos colaboradores os horários de trabalho, não onerando os eventuais atrasos.

Cabe destacar que, foram adotadas diversas medidas em combate ao coronavírus (COVID-19):

Na área da saúde:

- Treinamentos in loco com os diversos setores abordando questões como: EPI's, lavagem das mãos, distanciamento entre outros, seguindo as diretrizes da ANVISA;
- Divulgação da exigência de aferição da temperatura corporal de todos os colaboradores do Hospital;
- Conscientização dos colaboradores para diminuição do trânsito no corredor de acesso ao morgue, PDT e UPA;
- Aferição da temperatura corporal de todos os fornecedores no portão de acesso carga e descarga;
- Controle de acesso no corredor entre a hemodiálise e SND;
- Aquisição de lixeiras para suprir a demanda do COVID-19;
- Aquisição de máscaras PFF2;
- Instalação de barreiras acrílicas nos postos de trabalho que faz atendimento ao público;
- Aquisição de dispenser de álcool gel no interior do hospital dobrando sua disponibilidade;
- Aquisição de termômetros digitais, para controle de temperatura nas portarias;
- Aquisição de botas de borracha impermeáveis para o setor de enfermagem que estava atuando na linha de frente em combate ao coronavírus (COVID-19);
- Aquisição de protetores faciais (face shield);
- Aquisição de óculos de segurança;
- Proibição de acompanhantes nas dependências do HCSSL;
- Suspensão das cirurgias eletivas, conforme determinação da Secretaria Estadual de Saúde;
- Terceirização do setor de maternidade fechando-o para priorizar os pacientes COVID-19;
- Higienização e isolamento dos corredores para trânsito pacientes COVID-19 ou suspeitos inclusive até o morgue;
- Redução dos assentos do refeitório pela metade de sua capacidade;
- Encaminhamento de marmitas para alimentação dos colaboradores de setores do hospital que têm local próprio (copa) para fazer a refeição;
- Afastamento de colaboradores do grupo de risco, dentro das possibilidades de cada setor;
- Suspensão dos registros biométricos de ponto, sendo substituídos por anotações manuais ou em sistema próprio e posteriormente via crachá;
- Criação de um sistema de pré-triagem em todas as portarias para evitar contato de pacientes suspeitos com demais pacientes;
- Alocação da equipe administrativa do hospital na estrutura da Univás;
- Suspensão de atendimentos de ficha azul/verde, redirecionando os pacientes sem gravidade para pontos de atendimento, conforme recomendação da Secretaria Municipal de Saúde;
- Criação do manual de boas práticas;
- Criação de um novo Morgue;



- Parceria com mais dois laboratórios;
- Atendimento as recomendações da RDC 222/2018 (PGRSS) quanto ao descarte de materiais
- Fornecimento de borrifador de álcool 70% para todos os motoristas;
- Todos os eventos de distanciamento e capacidade máxima de pessoas foram atendidas conforme 5.233/2021;

Na área da educação:

- Instalação de dispenser de álcool gel em todas as salas de aula, corredores e setores administrativos;
- Conscientização, por meio de cartazes, sobre a prevenção, distanciamento, uso obrigatório de máscara, demarcação de piso em todos os pontos da Universidade/Colégios/Fuvs;
- Isolamento dos bebedouros verticais;
- Redução de carga horária de alguns setores administrativos;
- Aplicação do trabalho de home office para alguns setores;
- Cancelamento de aulas presenciais e aplicação do sistema de vídeo aula;
- Realização de treinamento de prevenção e uso obrigatório de máscara;
- Instalação de barreiras acrílicas nas recepções e demarcação de distanciamento;
- Isolamento de assentos para cumprimento do distanciamento entre pessoas;
- Demarcação no Ambulatório, Campus Central e Fátima realizada em conjunto pelo Sesmt, Segurança e Manutenção;
- Reestabelecimento do Monitoramento das câmeras na Instituição;
- Distribuição de EPI's aos Acadêmicos, colaboradores e Docentes;
- Impedimento do ingresso de colaborador ou prestador de serviços com sintomas respiratórios (entendidos esse como tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, acompanhada ou não de febre) nas dependências;
- Fechamento da universidade por um período sem aulas presenciais e remotas.

Em relação ao consumo de EPI's:

- Aumento no consumo de álcool em gel (mais do que dobrou).;
- Aumento na média de consumo de máscaras cirúrgicas de 30.000 unidades/mês para o consumo médio aproximado de 50.000 unidades/mês;
- Todos os eventos de distanciamento e capacidade máxima de pessoas foram atendidas conforme 5.233/2021;
- Criado um fluxo de intervalos entre as turmas para não gerar aglomeração;
- Flexibilização de pagamentos das mensalidades escolares (com prorrogação de vencimentos e parcelamento no cartão de crédito);
- Disponibilização de vagas para financiamento estudantil através de convênio com a FundaCred para alunos que comprovadamente tiveram redução de rendimentos durante este período;
- Aumento no consumo de aventais e gorros.

Ainda não se sabe, claramente, os efeitos na economia mundial e, em particular brasileira, por quanto tempo seus efeitos vão perdurar e nem seus impactos diretos e indiretos. No entanto, os eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação, poderão impactar negativamente os resultados da Fundação de Ensino Superior do Vale do



Sapucaí e suas mantidas e, portanto, suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, a Instituição esclarece que em consonância com o disposto no “CPC 24 – Eventos Subsequentes”, diante das atuais informações sobre ao coronavírus (COVID-19) e considerando os possíveis impactos na atividade econômica mundial, não há como determinar nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar suas demonstrações financeiras, bem como tirar conclusões sobre a continuidade dos seus negócios e/ou prever estimativas contábeis significativas. Entretanto, a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas, visando minimizar seus reflexos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 26 de fevereiro de 2021. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas as apreciação e aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:



- (a) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (b).
- (b) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. Nota 4 (d)
- (c) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. Nota 4 (m).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Clientes

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.



c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

f) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos e juros *pró-rata temporis* até a data do balanço.

g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.



h) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

As doações e as subvenções para custeio e investimentos são reconhecidas no resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida de subvenção, de contribuição para custeio e investimento, é em específica do passivo. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e em conformidade com os custos correspondentes.

i) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.



l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

m) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

o) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenção Fiscais Usufruídas

A ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, foi alterada, o item 9b desta norma retirou a obrigação de registrar os valores das isenções (imunidades) usufruídas em contas de resultado, entretanto a portaria GM/MS nº 834/16, emitida pelo Ministério da Saúde ainda prevê a contabilização em contas de resultado, desta forma, optou por manter no exercício de 2019, a renúncia fiscal relacionada com a atividade evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

p) Gratuidades Concedidas

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços, foi pelo valor efetivamente praticado.



q) **Segregação de atividade**

As contas de receitas e de despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como saúde e educação.

r) **Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. **Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2020	2019
Caixa	48.216	59.492
Bancos conta corrente	149.882	21.590
Aplicações financeiras	12.457.540	4.013.269
Total	12.655.638	4.094.351

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

6. **Títulos e valores mobiliários**

Descrição	2020	2019
Vinculados aos projetos – nota explicativa 19	7.825.147	2.949.295

Em “Títulos e valores mobiliários” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.



7. Mensalidades a receber

Descrição	2020	2019
Unidade Central	6.235.533	4.353.861
Unidade Fátima	2.639.496	2.738.158
Pós-Graduação	966.833	1.010.648
FIES	1.248.390	1.579.959
Curso Extensivo - Pré Vestibular	264.173	-
Colégio Vale do Sapucaí	1.460.954	1.445.079
Colégio João Paulo	550.785	481.301
Outras	2.646.009	1.800.110
(-) Perdas estim. de Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.419.357)	(6.035.236)
Total	9.592.816	7.373.880

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.

8. Acordos a receber

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Unidade Central	6.068.585	812.28	4.601.323	967.050
Unidade Fátima	3.265.718	286.47	2.818.004	445.127
Pós-Graduação	658.623	83.363	621.707	120.836
Colégio Vale do Sapucaí	962.233	104.09	894.246	124.252
Colégio João Paulo	483.031	28.121	455.863	18.082
Isepec	30.108	-	26.181	3.697
Acord. Mensal. TASP -Univás	-	-	892.252	6.912
Acord. Mensal. TASP – CVS	-	-	49.909	-
Acordos - TASP - CJP	-	-	2.860	-
Renegociação Estudantil	-	-	-	102.705
Outros	190.290	-	138.464	419
Ajuste a valor presente	(241.829)	-	(282.341)	-
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(7.069.631)	-	(5.076.734)	-
Total	4.347.128	1.314.328	5.141.734	1.789.080

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.



9. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	2020	2019
Convênios	7.171.267	8.377.641
Pacientes particulares	105.527	124.808
Convênio SUS	20.149.876	21.383.726
Secretaria de Estado da Saúde	148.887	148.887
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(15.986.442)	(14.151.398)
Total	11.589.115	15.883.664

10. Convênios a receber com restrição

Descrição	2020	2019
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emerg.)	443.000	443.000
Fapemig 11013-10 – Univas	3.900	3.900
Fapemig 5163-11 – Univas	14.300	14.300
Conv. a rec. PEP – Univas	258.634	258.634
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência)	566.467	566.467
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e	690.263	690.263
Fapemig bolsas TC Nº 5.298/15	201.450	248.950
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	3.437.095	1.100.343
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2018	1.322.475	1.322.475
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2018	978.504	978.504
T.C. 862345/2017 - Aquisição de Equip e Mat Permanente	37.124	150.000
Convênio 904778/2020 - Hcsl	500.000	-
Total	8.453.212	5.776.836

Em consonância com a ITG 2002 – 27e, divulgamos abaixo as finalidades de cada projeto firmado com a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí e suas Mantidas:

T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) – Hcsl: Melhorias em equipamentos e mão de obra para atendimentos de pacientes adultos e infantis.

Fapemig 11013-10 – Univas: Programa de Bolsa Institucionais de Iniciação Científicas Júnior - BIC JÚNIOR.



Fapemig 5163-11 – Univas: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Conv. a rec. PEP – Univas: Desenvolvimento do Programa de Educação Permanente para Médicos de Família.

T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência) – Hcsl: Reformas dos setores de Urgência e Emergência do Hospital.

T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência) – Hcsl: Aquisição de equipamentos para melhoria nos atendimentos de Urgência e Emergência.

Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15 – Univas: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290 – Hcsl: Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade do Hospitais SUS/MG.

Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2018 (UNACON - Unid. Assist. Alta Complex. Oncologia)- Hcsl: Apoio a atendimento de pacientes oncológicos com alta complexidade.

Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2018 (Bloco de média e alta complex. Ambul. e hosp.) – Hcsl: Apoio a atendimento a pacientes de média e alta complexidade ambulatorial.

Fapemig CPE ACN 0002-17 – Univas: Apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT"s.

Fapemig APQ-00235-17 – Univas: Apoio de projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.

Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS – Hcsl: Projeto de Capacitação e treinamento de Equipe Multidisciplinar visando melhor atendimento à pessoa com deficiência física e/ou neurológica.

Convênio 904778/2020 - Hcsl - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

11. Estoques

Descrição	2020	2019
Central de abastecimento	6.561.556	1.920.133
Outros	14.552	12.338
Total	6.576.108	1.932.471



12. Outros créditos

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques custodiados	97.276	-	201.811	-
Aluguéis	2.800	-	-	-
Cheques em cobrança	161.540	-	225.228	-
Adiantamento a fornecedores	34.441	-	39.307	-
Cartão de crédito/débito	1.043.744	-	835.527	-
Adiantamentos a colaboradores	2.396.163	-	2.613.501	-
Valores a rec. – incent. Governamental (i)	356.000	-	356.000	-
(-) Perdas estim. de cré. de liq. duvidosa	3.565	-	2.454	-
Depósitos Judiciais (ii)	-	945.636	-	830.872
Total	4.095.529	945.636	4.273.828	830.872

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES nº 3511 de 14 de novembro de 2012.

13. Imobilizado

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Máquinas mot. aparelhos	15.934.661	1.465.972	(74.522)	17.326.111
Comp. e periféricos	3.361.410	201.256	(61.010)	3.501.656
Edifícios	27.785.787	-	-	27.785.787
Bibliotecas	1.752.420	5.956	-	1.758.376
Mobiliário Geral	5.210.978	240.722	(125.623)	5.326.077
Veículos	347.572	-	-	347.572
Terrenos	37.190.559	-	-	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	1.009.902	-	-	1.009.902
Obras em andamento	1.185.768	6.616	-	1.192.384
Veículos c/ restrição	60.000	-	-	60.000
Bibliotecas c/ restrição	31.501	-	-	31.501
Mob. geral c/ restrição	665.104	24.457	(750)	688.811
Edifícios c/ restrição	543.600	-	-	543.600
Obras c/ restrição	1.232.714	-	-	1.232.714
Máq. Mot. Ap. c/ restr.	6.083.964	253.407	(11.517)	6.325.854
Comput. Perif. c/ restrição	243.004	85.617	-	328.621
Sub total - Custo	102.638.944	2.284.003	(273.422)	104.649.525
Depreciações acumuladas	(25.664.207)	(2.126.031)	126.806	(27.663.432)
Depreciações acumuladas c/ restrição	(2.423.298)	(614.758)	304	(3.037.752)
Sub total – Depreciação acumulada	(28.087.505)	(2.740.789)	127.110	(30.701.184)
Total	74.551.439	(456.786)	(146.312)	73.948.341



A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2014, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação. As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.

14. Intangível

Descrição			Transferência		2020
	2019	Adições	Positiva	Negativa	2020
Marcas e patentes	6.410	-	-	-	6.410
Softwares	6.319.782	943.317	158.438	(98.000)	7.323.537
Softwares c/ restrição	1.576.223	84.350	98.000	(158.438)	1.600.135
Bibliotecas (Dados)	127.851	-	-	-	127.851
Sub total - Custo	8.030.266	1.027.667	256.438	(256.438)	9.057.933
Amortização acumulada	(4.783.436)	(677.782)	-	(36.356)	(5.497.574)
Amortização acumulada c/ restrição	(792.732)	(266.794)	36.356	-	(1.023.170)
Sub total – Amortização acumulada	(5.576.168)	(944.576)	36.356	(36.356)	(6.520.744)
Total	2.454.098	83.091	292.794	(292.794)	2.537.189



15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de juros mensal	Taxa de juros anual	Datas de vencimento	2020		2019	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal (Capital de giro)	0,88%	10,56%	10/11/2030	4.462.637	62.740.224	10.892.778	50.092.707
Banco Itaú S.A. (Financiamento Veículos)	0,94%	11,88%	08/01/2023	44.361	54.795	39.589	99.388
Total				4.506.998	62.795.019	10.932.367	50.192.095

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) de capital de giro são de 10,56% a.a. As garantias são Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente a recebíveis junto ao Ministério da Saúde, em decorrência da prestação de serviços ao SUS - Sistema Único de Saúde. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2020 a novembro de 2030.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2020	2019
Saldos iniciais	61.124.462	52.752.267
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	113.575.236	20.997.745
(-) Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(114.693.882)	(20.847.873)
(+) Juros e variação monetária	7.296.201	8.222.323
Total	67.302.017	61.124.462



A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, ao final do exercício de 2019, contratou os empréstimos 0536428-10 e 0536424-74 nos valores de R\$ 46.458.000,04 e R\$ 15.000.000,00, respectivamente, visando a reestruturação do endividamento bancário com a quitação total do empréstimo nº 26.0147.610.0000019/48, cuja prestação mensal era de R\$ 1.349.476,35, taxa 1,45% ao mês e prazo de 60 meses.

As operações contratadas sob nº 0536428-10 e 0536424-74 possibilitaram a redução da taxa de juros cobrada para 0,97% ao mês e a diminuição dos valores pagos mensalmente para R\$ 1.042.546,81. Esta operação foi subsidiada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, linhas liberadas naquele ano, com o objetivo de renegociação de dívidas das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Em 28 de outubro de 2020, realizou-se nova repactuação, sob contrato o nº 11.4258.610.0000001-75, contratando empréstimo no montante de R\$ 66.865.154,53, com prestação mensal de R\$ 903.393,00, taxas de juros de 0,88% ao mês e proporcionou o alongamento do prazo para 120 meses.

Esta operação liquidou o saldo devedor residual dos contratos 0536424-74 e 0536428-10.

Como garantia ao cumprimento das obrigações pactuadas no contrato nº 11.4258.610.0000001-75 foi cedido os direitos creditórios constituídos pelos recursos financeiros provenientes da prestação de serviços de atendimento ambulatorial e internações hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS e acessoriamente os recebíveis de planos de saúde e outros direitos creditórios assim como cessão fiduciária de aplicações financeiras.

16. Fornecedores

Modalidade	2020	2019
Nacionais	8.666.961	7.676.350
Serviços	43.470	48.469
Total	8.710.431	7.724.819

A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2020 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.



17. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	3.995.705	4.184.525
RCT	431	3.377
Sindicatos a pagar	82.359	67.934
Acordos judiciais – trabalhistas	242.777	140.000
Residência/ Serv. Médicos a pagar	198.383	207.923
FGTS a recolher	732.783	751.160
INSS a recolher	555.082	610.434
FGTS parcelamento	2.585	3.089
Outros	177.468	169.209
Provisão de férias e encargos	8.121.202	8.415.319
Total	14.108.775	14.552.970

18. Outras obrigações

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos não identificados	525.378	-	537.641	-
Adiant. de mensalidades	2.162.912	169.610	1.928.795	317.543
Seguros a pagar	6.682	-	11.138	-
Credores diversos	619.046	-	508.359	-
Aluguéis	26.594	-	40.830	-
Adiantamento de matrículas	691.444	-	998.418	-
Diversos	15.336	-	93.180	-
Parcelamento processos cíveis	48.076	336.490	36.433	333.947
Total	4.095.468	506.100	4.154.794	651.490



19. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2020	2019
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emergência)	462.610	462.853
Projeto Telemedicina para hospitais de MG (Timemania)	2.074	5.066
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011 (Influenza)	69.700	341.307
Fapemig 5113/08 - Univas	41.935	41.935
Fapemig 11013/10 - Univas	10.597	10.597
Fapemig 5163-11 - Univas	62.308	62.308
Prog. de Educ. Permanente para Médicos de Família - PEP	338.716	337.363
Resolução SES nº 3.238 18/04/12 - Saúde Bucal	155.313	152.193
Portaria Nº 3.088 de 23/12/11-Rede Atenção Psicossocial	17.404	17.393
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urg e Emergência)	690.291	690.324
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Ref Urg e Emergência)	566.510	566.517
Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15	233.766	283.146
T.C.826528/15 - Aquisição de Equip e Mat Perm (UAES)	-	100
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	4.504.457	1.582.846
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2017 (UNACON)	1.322.475	1.322.475
Fapemig CPE ACN 0002-17	10	46.474
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2017	978.504	978.504
T.C. 862345/2017 - Aquisição de Equip e Mat Permanente	56.508	150.000
Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS	77.572	113.960
Proj. Incremento Temporário Mac Port.1688 e 1767.	17.572	560.835
Proj. Portaria 1444/2019 - Conv. nº 1321001097/2019	704	60.106
Proj. Proposta 3295-2019 - SES - Mat de Consumo Hosp.	3	50.055
Proj. Proposta 3367-2019 - SES - Medicamentos	141.092	1.003.291
Proj. Proposta 4278-2019 - SES - Medicamentos	323	99.950
Proposta 261281/2019 - Emenda Parlamentar Bilac Pinto	162.995	-
Proposta 283639/2019	2.623	-
Proposta 272109/2019	707	-
Proposta 289548/2019 - Emenda Parlamentar Anastasia	3.339	-
Emenda 3058122 - Fabiano Tolentino	121.690	-
Emenda 3059052 - Welinton Prado	7.939	-
Emenda 3057192 - Aécio Neves	31.747	-
Portaria 3339 MS	62.134	-



Portaria 1393	50.069	-
Incremento Custeio MAC – Hcsl	41	-
Portaria nº 1.448 (R\$ 3.440.518,58) - Hcsl	1.647.147	-
Proj. Proposta 265474/2019 – FMS	99.753	-
Portaria nº 1516/2020	1.880.127	-
Portaria nº 952/2020	586.357	-
Portaria nº 3.039	720.334	-
Portaria 2.754	864.401	-
Convênio 904778/2020	500.000	-
Total	16.491.847	8.939.598

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e outras instituições, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

20. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2020	2019
Cíveis (i)	2.837.084	2.292.875
Trabalhistas (i)	1.983.580	1.885.009
Total	4.820.664	4.177.884

(i) A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação. Ademais, a Fundação também optou pela constituição da provisão sobre 20% das ações cíveis e 30% das ações trabalhistas com expectativa de perda possível.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R\$ 10.875.675 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.008.756 em 2019). E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 945.636 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 830.872 em 2019). Os desfechos das



demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R\$ 171.732.426 em 31 de dezembro de 2020. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2019	753.869	4.919.851
Diminuição	219.852	3.068.302
Aumento	296.855	2.326.335
Saldos em 31 de dezembro de 2019	830.872	4.177.884
Diminuição	356.190	5.855.459
Aumento	470.954	6.498.239
Saldos em 31 de dezembro de 2020	945.636	4.820.664

21. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Déficit acumulados: Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Diretor, conforme determina a legislação vigente.



22. Outras receitas operacionais de saúde

Descrição	2020	2019
Atualização monetária estoques - Hcsl	11.933	3.836
Recuperação de Despesas - Hcsl	259.259	28.446
Serv. Lavand. Xeroc. Odont. e crachá - Hcsl	300	1.755
Indenização de aviso prévio - Hcsl	81.937	48.778
Exames laboratoriais - Hcsl	(712)	52.985
Receitas diversas - Hcsl	3.200	37.793
Receitas de vale refeição - Hcsl	65.965	81.415
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	276.770	-
Receitas com Programas de Fidelidade	113.142	-
Reversão da PCLD - Hcsl	609	6.503
Total	812.403	261.511

23. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2020	2019
Doações de pessoa física	178.318	291.343
Doações de pessoa jurídica	5.542.900	1.683.424
Total	5.721.218	1.974.767

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.



24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

	Exercícios					Total
	2016	2017	2018	2019	2020	
INSS - Emp. Is. Usuf.	23.151.059	24.369.008	25.222.008	25.524.552	23.049.125	121.315.753
Cofins - Emp. Is. Usuf.	5.918.455	6.187.549	6.014.626	6.406.510	6.329.018	30.856.158
	29.069.515	30.556.557	31.236.634	31.931.062	29.378.143	152.171.911

Em março de 2020 foi julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.480 que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 13, III, § 1º, I e II, § 3º, § 4º, I e II, e §§ 5º, 6º e 7º; art. 14, §§ 1º e 2º; art. 18, caput; art. 31; e art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009 com a nova redação dada pela Lei 12.868/2013, por entenderem caber a lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar. Tais dispositivos declarados inconstitucionais versavam sobre as contrapartidas obrigatórias por parte das instituições filantrópicas cujo descumprimento poderiam levar ao indeferimento do CEBAS e consequente perda da imunidade usufruída pela instituição.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.480 DISTRITO FEDERAL
RELATOR :MIN. GILMAR MENDES REQTE.(S) :CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN ADV.(A/S) :RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE E OUTRO(A/S) INTDO.(A/S) :PRESIDENTE DA REPÚBLICA INTDO.(A/S) :CONGRESSO NACIONAL ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Direito Tributário. 3. Artigos 1º; 13, parágrafos e incisos; 14, §§ 1º e 2º; 18, §§ 1º, 2º e 3º; 29 e seus incisos; 30; 31 e 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, com a nova redação dada pela Lei 12.868/2013, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. 4. Revogação do § 2º do art. 13 por legislação superveniente. Perda de objeto. 5. Regulamentação do § 7º do artigo 195 da Constituição Federal. 6. Entidades beneficentes de assistência social. Modo de atuação. Necessidade de lei complementar. Aspectos meramente procedimentais. Regramento por lei ordinária. 7. Precedentes. ADIs 2.028, 2.036, 2.621 e 2.228, bem como o RE-RG 566.622 (tema 32 da repercussão geral). 8. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 13, III, § 1º, I e II, § 3º, § 4º, I e II, e §§ 5º, 6º e 7º; art. 14, §§ 1º e 2º; art. 18, caput; art. 31; e art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, com a nova redação dada pela Lei 12.868/2013.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, julgar parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 13, III, §1º, I e II, §§ 3º e 4º, I e II, §§ 5º, 6º e 7º; do art. 14, §§ 1º e 2º; do art. 18, caput; e do art. 31 da Lei 12.101/2009, com a redação dada pela Lei 12.868/2013, e declarar a inconstitucionalidade material do art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, nos termos do voto do Relator. Brasília, Sessão Virtual de 20 a 26 de março de 2020. Ministro GILMAR MENDES Relator Documento assinado digitalmente.

25. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

26. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%



27. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento do contrato administrativo 100/2019, OBJETO: contratação de hospital para execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

28. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do Decreto Nº 8242/14 e da Portaria do MS 834/16, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
Nº de internações	13.578	501	2.290	16.369
Nº de cirurgias	8.894	579	1.518	10.991
Total	22.472	1.080	3.808	27.360

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
Nº de partos/curetagens/intercorrências/ano	2.618	141	155	2.914

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	1.022.097	19.300	122.855	1.164.252
Fisioterapia	107.909	1055	18.253	127.217
Hemodinâmica	1.079	218	276	1.573
Litotripsia	471	31	16	518
Ambulatórios – nº atendimentos	54.256	-	-	54.256
Pronto socorro – nº atendimentos	61.145	1.882	41.851	104.878
Serviço de quimioterapia	14.063	-	-	14.063
Serviço de radioterapia	-	-	-	-
Serviço Terapia Renal Substitutiva	30.392	-	1.324	31.716
Total	1.291.412	22.486	184.575	1.498.473



Fonte: dados estatísticos do HCSL.

29. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º 7.237/10 e artigo 7º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, a Entidade cumpriu:

- As metas estabelecidas em contrato de contratualização;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do Sus no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigos 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 5º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- Número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	13.578	73.798	-
Ambulatoriais	-	-	732.497

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	2.791	10.231	-
Ambulatoriais	-	-	123.633

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	87,82%
Ambulatoriais SUS	85,56%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	97,82%
Percentual SUS final ao CEBAS.	105,32%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)



30. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º 8.234/14 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14, artigo 41, a Entidade já procedeu ao cadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://siscebas.mec.gov.br/>).

Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal n.º 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso) e no Censo da Educação Superior E-MEC.

Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP.

Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei n.º 12.101/09 alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Análise do perfil socioeconômico

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

31. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

A Entidade atende o artigo 13 e 13-A da Lei n.º 12.101/9 alterada pela Lei n.º 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/2014 e atinge os números de bolsa quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir:

Educação Básica	Quantidade
Número de alunos matriculados	1261
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	158
Bolsas integrais (recursos próprios)	4



Inadimplentes 90 dias	81
Total de alunos pagantes em dez/2020	1018
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	113
Bolsas integrais consideradas (1/9)	158
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	204
Cumprimento 1/5 -	215
Bolsistas parciais 50%	114
Bolsistas integrais 100%	158
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	215

Educação Superior	Quantidade
Número de alunos matriculados	2375
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	327
Descontos integrais (recursos próprios)	2
Inadimplentes 90 dias	113
Total de alunos pagantes em dez/2020	1933
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	215
Bolsas integrais consideradas (1/9)	327
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	387
Cumprimento 1/5 -	408
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	162
Bolsistas integrais 100%	327
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	408

Relatório sintético de alunos matriculados, pagantes e de bolsas de estudo conforme. Anexo V, item 3 da Portaria nº 15 de 11 de agosto de 2018

32. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros



serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Diretor. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

33. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

34. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

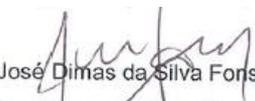
Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit e Demonstração do Fluxo de Caixa, realizados em **31 de dezembro de 2020**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **BLB – Auditores Independentes**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit e Demonstração do Fluxo de Caixa, relativo ao exercício supracitado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

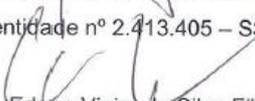
Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

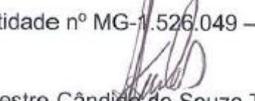
Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

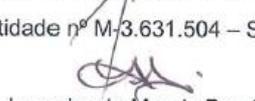
Para seu documento, firmamos o presente.

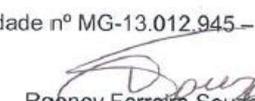
Pouso Alegre, 12 de março de 2021.

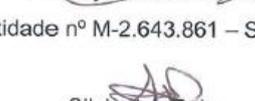

José Dimas da Silva Fonseca
Presidente do Conselho Fiscal
Identidade nº 2.413.405 – SSP/SP


Edson Vieira da Silva Filho
Identidade nº MG-1.526.049 – PC/MG


Silvestre Cândido de Souza Turbino
Identidade nº M-3.631.504 – SSP/MG


Leandro de Moraes Pereira
Identidade nº MG-13.012.945 – SSP/MG


Rooney Ferreira Souza
Identidade nº M-2.643.861 – SSP/MG


Silvio dos Reis
Identidade nº MG-2.987.330 – SSP/MG